



Prestação de Contas Consolidadas 2022

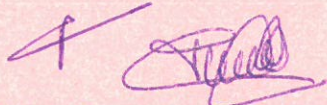


Índice

1. Relatório de Gestão Consolidado
2. Demonstrações Financeiras Consolidadas
 - Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental
 - Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza
3. Demonstrações Financeiras Consolidadas
 - Balanço Consolidado
 - Demonstração de Resultados por Naturezas Consolidada
 - Demonstração Fluxos de Caixa Consolidadas
 - Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidadas
4. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas



1919 • **V CENTENÁRIO** • 2019
VOLTA AO MUNDO DE FERNÃO DE MAGALHÃES


Relatório Consolidado de Gestão 2022



1. Relatório de Gestão Consolidado

1. Introdução

Nos termos do nº 1 do art.º 74.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, “o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”. O artigo atrás citado acrescenta, através do seu nº 2, que “a contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o sector local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessário à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”. O presente relatório que anexa as contas consolidadas visa dar cumprimento a esta obrigação legal.

Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo o método equivalência patrimonial o utilizado uma vez que o Município de Sabrosa é detentor de uma percentagem de controlo em conjunto NCP 24 todas as entidades incluídas no perímetro.

O método de consolidação adotado pelo Município foi o método de equivalência patrimonial, que consiste em substituir no balanço da entidade consolidante o valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades participadas, adotando-se para efeitos de aplicação deste método, o previsto na NCP 23 – Investimentos associados e empreendimentos conjuntos e na NCP 24 – Acordos conjuntos do SNC-AP.

2. Perímetro de consolidação das contas

O N.º3 do artigo 75.º do RFALEI define grupo autárquico como o conjunto objeto de consolidação composto pelo município, como entidade consolidante, pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar as suas atividades.

O Perímetro de consolidação abrange o conjunto de entidade cujas contas vão sere objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

As entidades a integrar o perímetro de consolidação dependem da relação de controlo entre a entidade participante e a entidade participada.

Um Grupo Público é definido nos termos da NCP1, como um grupo de entidades compreendendo a entidade que controla e uma ou mais entidades controladas.

O artigo 7.º do Decreto-lei n.º192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP 26);
- Perímetro de natureza financeira (NCP 22).

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes.

No entanto não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidadas.

Uma vez que a entidade incluída no perímetro de consolidação não apresenta demonstrações orçamentais, os mapas previstos na NCP 26 serão apresentados com os valores do Município.

À luz do n.º7 do art.º 75.º e do DL 192/2015 que aprovou o SNC-AP os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:



- Balanço consolidado;
- Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- Demonstração consolidada das alterações do património líquido;
- Mapa de fluxos de caixa consolidados;
- Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas.

A NCP 26 também estipula que é necessário apresentar uma demonstração consolidada do desempenho orçamental e uma demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, cujo objetivo é proporcionar informação que indique se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado e com os requisitos legais e contratuais.

3. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

ADIN – ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, EM, S.A.

- Sede: Vila Real
- NIPC: 515 684 473
- Capital Social: 27.148.050,00€
- % Capital detido: 6,72%

A “Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A.”, com sede na Avenida Rainha Santa Isabel, n.º1 5000-434, Vila Real, foi constituída por escritura pública, celebrada no dia 15 de Novembro de 2019, e tem por objeto a exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social, através de promoção direta ou indireta da concessão, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte, tratamento, abastecimento, valorização de águas de consumo público e para a recolha, tratamento e rejeição dos respetivos efluentes, de prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo, de construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários para o desenvolvimento da sua atividade.

4. Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Entidades / Participada		Participação	Capital Social	Capital Próprio	Resultado Líquido do Exercício	Observações
Denominação	NIPC					
Águas do Norte	513 606 084	0,08%	108 095 468,00 €	282 770 375,00 €	9 322 272,00 €	a)
Dourogás	508 195 128	0,16%				b)
Sonorgás	503 264 113	0,05%				b)
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	0,06%	417 857 175,00 €			b); c)
Associação do Douro Histórico	502 577 916	1 500,00 €				b)
Fundação Museu do Douro	507 693 671	12 413,00 €				b)
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501 627 413	4 359,24 €				b)
Turismo Porto e Norte de Portugal	508 905 435	1 500,00 €				b)
AIMRD - Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos	G09 305 129	1 000,00 €				b)
Sabrosa Douro XXI	507 850 297	200,00 €				b)
Associação Nacional de Assembleias Municipais	513 864 202	1 000,00 €				b)
Rede Mundial de Cidades Magalhanicas	G-90212606	3 000,00 €				b)
Assoc. Port. Pais Amigos Cidadão Deficiente Mental	504 646 915	500,00 €				b)
a) criada pelo Dec. Lei n.º93/2015 de 29 de Maio		c) Entidades não societária				
b) criada pela Lei n.º53/2014 de 25 Agosto						

5. Análise Económico-Financeiro

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

De seguida, iremos analisar o balanço consolidado e a demonstração de resultados consolidado, bem como efetuar uma breve análise resultante da implementação da contabilidade de gestão no Município de Sabrosa.

Em 2022 o ativo consolidado do Município de Sabrosa atingiu o montante de 42.016.150,74€.

Rubricas	Município de Sabrosa	ADIN	Consolidadas	Consolidadas
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	33 161 314,94 €		33 161 314,94 €	30 424 257,11 €
Ativos intangíveis	218 775,95 €	- €	218 775,95 €	167 772,57 €
Participações Financeiras	3 800 359,00 €	2 275 070,23 €	6 075 429,23 €	6 299 434,71 €
	37 180 449,89 €	2 275 070,23 €	39 455 520,12 €	36 891 464,39 €
Ativo corrente				
Inventários	87 413,22 €		87 413,22 €	166 607,67 €
Devedores por transfências e subsídios não	1 438 491,27 €	- €	1 438 491,27 €	2 204 322,21 €
Clientes, contribuintes e utentes	45 321,72 €		45 321,72 €	11 557,96 €
Estado e outros entes públicos	34 970,51 €	- €	34 970,51 €	13 979,33 €
Outras contas a receber	606 084,26 €	- €	606 084,26 €	565 265,91 €
Diferimentos	9 452,44 €	- €	9 452,44 €	15 380,90 €
Caixa e depósitos	338 897,20 €	- €	338 897,20 €	853 953,31 €
	2 560 630,62 €	- €	2 560 630,62 €	3 831 067,29 €
Total do Ativo	39 741 080,51 €	2 275 070,23 €	42 016 150,74 €	40 722 531,68 €

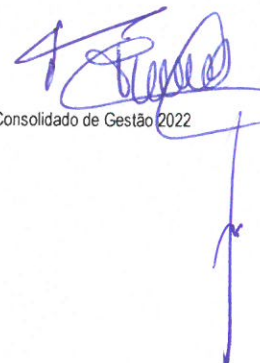
O Ativo não corrente representa quase a totalidade do Ativo, mais propriamente cerca de 94%, com ênfase nos Ativos Fixos Tangíveis e Participações Financeiras, que apresentam as respetivas percentagens de 84% e 15%.

Rubricas	Município de Sabrosa	ADIN	Consolidadas	Consolidadas
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	128 925,68 €	- €	128 925,68 €	134 335,38 €
Financiamentos Obtidos	1 719 657,73 €	- €	1 719 657,73 €	1 956 194,02 €
Diferimentos	- €	- €	- €	10 118 231,95 €
	1 848 583,41 €	- €	1 848 583,41 €	12 208 761,35 €
Passivo corrente				
Fornecedores	347 306,05 €	- €	347 306,05 €	230 779,57 €
Estado e outros entes públicos	38 118,24 €	- €	38 118,24 €	38 122,07 €
Financiamentos Obtidos	193 704,20 €	- €	193 704,20 €	193 426,50 €
Fornecedores de Investimentos	227 014,33 €	- €	227 014,33 €	- €
Outras Contas a pagar	618 467,45 €	- €	618 467,45 €	556 887,14 €
Diferimentos	7 632,72 €	- €	7 632,72 €	8 594,16 €
	1 432 242,99 €	- €	1 432 242,99 €	1 027 809,44 €
Total Passivo	3 280 826,40 €	- €	3 280 826,40 €	13 236 570,79 €
Total Património Líquido e Passivo	39 741 080,50 €	2 275 070,24 €	42 016 150,74 €	40 722 531,68 €

Relativamente ao Passivo do Grupo, este apresenta o montante de 3.280.826,40€.

Também no Passivo, é a parcela não corrente que atinge 56% do valor total. A rubrica com maior impacto no Passivo não corrente é os Financiamentos Obtidos, com a percentagens de 93%.

Rubricas	Município de Sabrosa	ADIN	Consolidadas	Consolidadas
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	38 182 379,65 €	- €	38 182 379,65 €	38 182 379,65 €
Reservas	361 006,34 €	- €	361 006,34 €	304 098,94 €
Resultados transitados	- 13 023 533,68 €	- 27 853,04 €	- 13 051 386,72 €	- 14 843 394,64 €
Ajustamentos em ativos financeiros	- €	2 266 325,69 €	2 266 325,69 €	2 526 928,75 €
Outras variações no Património Líquido	9 756 214,61 €	- €	9 756 214,61 €	165 945,37 €
Resultado Líquido do período	1 184 187,18 €	36 597,59 €	1 220 784,77 €	1 150 002,82 €
Total Património Líquido	36 460 254,10 €	2 275 070,24 €	38 735 324,34 €	27 485 960,89 €

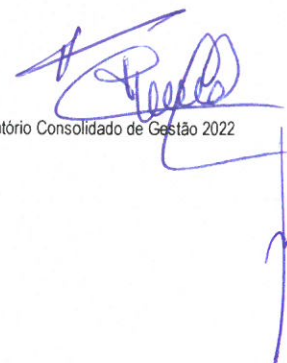


6. Demonstração de Resultados Consolidados

O resultado do ano de 2022 antes das depreciações e gastos financeiros regista um resultado positivo de na importância de 3.005.185,23€, sendo que após a realização dos movimentos contabilísticos respeitantes às depreciações do exercício, ajustamentos das taxas aplicadas à vida útil de cada bem, de acordo com o Código Complementar do SNC-AP e juros e gastos similares suportados, obtém-se um resultado líquido do exercício positivo de 1.220.784,77€.

Rendimentos e Gastos	Notas	Município de Sabrosa Consolidada	ADIN	Consolidadas	Consolidadas
		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas	13/14	939 736,87 €	- €	939 736,87 €	1 108 081,02 €
Vendas	13	18 158,98 €	- €	18 158,98 €	16 182,55 €
Prestações de serviços e concessões	13	951 057,20 €	- €	951 057,20 €	484 525,60 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13	6 613 568,18 €	- €	6 613 568,18 €	7 008 514,09 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13/14	- €	36 597,59 €	36 597,59 €	11 854,92 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	- 115 892,67 €	- €	- 115 892,67 €	- 253 883,97 €
Fornecimentos e serviços externos	-	- 2 334 417,38 €	- €	- 2 334 417,38 €	- 1 608 471,25 €
Gastos com pessoal	-	- 3 374 581,56 €	- €	- 3 374 581,56 €	- 3 246 746,46 €
Transferências e subsídios concedidos	-	- 828 535,78 €	- €	- 828 535,78 €	- 862 912,73 €
Prestações sociais	-	- 406 061,46 €	- €	- 406 061,46 €	- 234 915,85 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	- 50,81 €	- €	- 50,81 €	- 29 791,90 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	5 409,70 €	- €	5 409,70 €	229 455,80 €
Outros rendimentos	13	1 876 599,62 €	- €	1 876 599,62 €	653 880,06 €
Outros gastos	-	- 376 403,25 €	- €	- 376 403,25 €	- 435 783,01 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		2 968 587,64 €	36 597,59 €	3 005 185,23 €	2 839 988,87 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	- 1 777 659,60 €	- €	- 1 777 659,60 €	- 1 678 377,52 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		1 190 928,04 €	36 597,59 €	1 227 525,63 €	1 161 611,35 €
Juros e rendimentos similares obtidos		5 247,04 €	- €	5 247,04 €	106,89 €
Juros e gastos similares suportados	7	- 11 987,90 €	- €	- 11 987,90 €	- 11 715,42 €
Resultado antes de impostos		1 184 187,18 €	36 597,59 €	1 220 784,77 €	1 150 002,82 €
Imposto sobre o rendimento do período		- €	- €	- €	- €
Resultado líquido do período		1 184 187,18 €	36 597,59 €	1 220 784,77 €	1 150 002,82 €

Ao nível das rubricas dos Rendimentos, salienta-se o peso das Transferências e Subsídios Obtidos que representam 64% das receitas reconhecidas.



7. Indicadores Económico-Financeiros

Os rácios estabelecem relações entre as contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração de resultados, para quantificar factos, detetar anomalias, e fazer comparações no tempo. Assim, apresenta-se seguidamente os principais indicadores económicos e financeiros.

Indicadores		2022	2021
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Ativo}}$	91,67%	65,84%
Liquidez imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo corrente}}$	23,66%	83,08%
Endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}}$	8,33%	34,16%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Património Líquido}}$	3,35%	4,51%
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$	178,78%	372,74%
Solvabilidade	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Passivo}}$	1100,79%	192,73%

8. Dívida Consolidada

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: o nível de receitas arrecadadas e do volume de investimentos a realizar.

Stock da dívida - Empréstimos Bancários					
Descrição	Município de Sabrosa	AdIN E.I.M., SA	Percentagem 6,72%	Eliminação de créditos/Dívidas Recíprocas	Grupo Consolidado
Empréstimos bancários - não corrente	1 719 657,73 €	16 664 253,26 €	1 119 837,82 €	- €	2 839 495,55 €
Empréstimos bancários - corrente	193 704,20 €	894 524,18 €	60 112,02 €	- €	253 816,22 €
Total	1 913 361,93 €	17 558 777,44 €	1 179 949,84 €	- €	3 093 311,77 €
Stock da dívida - Empréstimos Bancários					
Descrição	Município de Sabrosa	AdIN E.I.M., SA	Percentagem 6,72%	Eliminação de créditos/Dívidas Recíprocas	Grupo Consolidado
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	- €		- €	- €	- €
Provisões	128 925,68 €	466 631,61 €	31 357,64 €		160 283,32 €
Fornecedores	574 320,38 €	4 731 468,40 €	317 954,68 €	- €	892 275,06 €
Estado e outros Entes Públicos	38 118,24 €	367 158,87 €	24 673,08 €	- €	62 791,32 €
Outras Contas a pagar	618 467,45 €	3 283 723,29 €	220 666,21 €	- €	839 133,66 €
Diferimentos	7 632,72 €	- €	- €	- €	7 632,72 €
Total	1 367 464,47 €	8 848 982,17 €	594 651,60 €	- €	1 962 116,07 €

Para os cálculos dos valores apresentados não foi tida em conta a dívida correspondente a operações não orçamentais (Cauções).



V CENTENÁRIO - 2019
 VOTO AO MUNICÍPIO DE SEBROOSA

Demonstração consolidada de desempenho orçamental 2022

Rubrica	RECEBIMENTOS	2022	2021	Rubrica	PAGAMENTOS	2022	2021
RA01	Saldo de gerência anterior	853 953,31 €	371 066,60 €				
RI01	Operações orçamentais [1]	650 007,58 €	150 434,81 €				
RI02	Devolução do saldo de operações orçamentais	0,00 €	0,00 €				
RI03	Operações de tesouraria [A]	203 945,73 €	220 631,79 €				
RA02	Receita corrente	7 852 366,25 €	7 662 269,49 €	D1	Despesa corrente	6 859 137,30 €	5 923 817,32 €
R1	Receita fiscal	786 295,40 €	985 315,16 €	D11	Despesas com o pessoal	3 290 516,68 €	3 254 279,96 €
R11	Impostos diretos	786 295,40 €	985 315,16 €	D12	Remunerações Certas e Permanentes	2 544 159,01 €	2 505 162,39 €
R12	Impostos indiretos	- €	- €	D13	Abonos Variáveis ou Eventuais	43 655,31 €	24 253,14 €
R2	Contribuições para sistemas de protecção social e subsistemas de saúde	- €	- €	D2	Segurança Social	703 395,77 €	724 864,43 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	133 944,55 €	136 503,47 €	D3	Aquisição de bens e serviços	2 252 525,06 €	1 575 893,52 €
R4	Rendimentos de propriedade	- €	- €	D4	Juros e outros encargos	11 977,90 €	11 705,42 €
R5	Transferências Correntes	- €	- €	D41	Transferências correntes	889 085,09 €	727 498,27 €
R51	Administrações Públicas	5 948 734,11 €	5 931 009,06 €	D411	Administrações Públicas	- €	- €
R511	Administração Central - Estado	5 948 734,11 €	5 931 009,06 €	D412	Administração Central - Estado	- €	- €
R512	Administração Central - Outras entidades	5 920 809,42 €	5 891 289,69 €	D413	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R513	Segurança Social	27 924,69 €	39 719,37 €	D414	Segurança Social	- €	- €
R514	Administração Regional	- €	- €	D415	Administração Regional	- €	- €
R515	Administração Local	- €	- €	D42	Administração Local	296 669,23 €	299 252,02 €
R52	Exterior - EU	- €	- €	D43	Instituições sem fins lucrativos	296 669,23 €	294 853,79 €
R53	Outras	- €	- €	D44	Famílias	106 108,40 €	133 392,46 €
R6	Venda de bens e serviços correntes	895 835,35 €	561 710,67 €	D5	Outras	- €	- €
R7	Outras receitas correntes	87 556,84 €	47 731,13 €	D6	Subsídios	- €	- €
R8	Receita Capital	3 185 334,08 €	2 386 067,63 €	D7	Outras despesas correntes	415 032,57 €	354 440,15 €
R9	Venda de bens de investimento	190 650,12 €	37 931,00 €	D8	Despesas de capital	4 538 903,91 €	3 426 120,23 €
R91	Transferências de capital	2 994 683,96 €	2 348 136,63 €	D81	Aquisição de bens de capital	4 431 781,75 €	2 460 036,42 €
R911	Administrações Públicas	2 994 683,96 €	2 348 136,63 €	D82	Transferências de capital	107 122,16 €	966 083,81 €
R912	Administração Central - Estado	2 994 683,96 €	2 348 136,63 €	D83	Administrações Públicas	836 446,26 €	836 446,26 €
R913	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	D84	Administração Central - Estado	- €	- €
R914	Segurança Social	- €	- €	D85	Administração Central - Outras entidades	836 446,26 €	836 446,26 €
R915	Administração Regional	- €	- €	D86	Segurança Social	- €	- €
R92	Administração Local	- €	- €	D87	Administração Regional	- €	- €
R93	Exterior - EU	- €	- €	D88	Administração Local	14 721,51 €	241 964,58 €
R94	Outras	- €	- €	D89	Administração Local	92 400,65 €	129 637,55 €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	D90	Instituições sem fins lucrativos	- €	- €
RA04	Receita efetiva (2)	11 060 045,85 €	10 073 311,03 €	D91	Famílias	- €	- €
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	22 345,52 €	24 973,91 €	D92	Outras	- €	- €
RA05	Receitas não efetivas (3)	- €	- €	D93	Outras despesas capital	- €	- €
R12	Receitas com ativos financeiros	- €	- €	D94	Despesa efetiva (5)	11 398 041,21 €	9 349 937,55 €
R13	Receitas com passivos financeiros	- €	- €	R12	Despesa não efetivas (6)	236 245,92 €	223 800,71 €
RA06	Receita total (4)=(1)+(2)+(3)	11 710 053,43 €	10 223 745,84 €	R13	Despesa com ativos financeiros	- €	6 985,24 €
					Despesa com passivos financeiros	236 245,92 €	216 815,47 €

ROT1	Operações de tesouraria [B]	112 563,71 €	86 710,39 €	Despesa total (7)=(6)+(5)	11 634 287,13 €	9 573 738,26 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]		53 378,54 €			103 396,45 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte		338 897,20 €			853 953,31 €
DA07	Operações orçamentais (8)=(4)-(7)		75 766,30 €			650 007,58 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		263 130,90 €			203 945,73 €
DA09	Saldo global (2)-(5)		-	337 995,36 €		723 373,48 €
DA10	Despesa primária			11 386 063,31 €		9 338 232,13 €
DA11	Saldo corrente			993 228,95 €		1 738 452,17 €
DA12	Saldo de capital			- 1 353 569,83 €		- 1 040 052,60 €
DA13	Saldo primário			-	326 017,46 €	735 078,90 €
DA14	Receita Total (1)+(2)+(3)			11 710 053,43 €		10 223 745,84 €
Da15	Despesa total (5)+(6)			11 634 287,13 €		9 573 738,26 €

Nota: Os valores deste mapa referem-se apenas ao Município de Sabrosa, uma vez que a Entidade AdIN - Águas do Interior Norte, EM, SA não faz parte do perímetro orçamental.

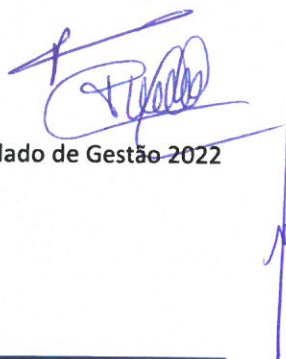


111.º V CENTENÁRIO 2011-2022
VELHO ANJO DE FREGES DE JACINHOS

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza 2022

Rubrica	RECEBIMENTOS	2022	2021	Rubrica	PAGAMENTOS	2022	2021
R1	Receita corrente	7 882 304,84 €	7 594 686,14 €	D1	Despesa corrente	6 859 137,30 €	5 923 817,32 €
R11	Receita fiscal	812 365,83 €	1 012 670,19 €	D11	Despesas com o pessoal	3 290 516,68 €	3 254 279,96 €
R12	Impostos diretos	812 365,83 €	1 012 670,19 €	D12	Remunerações Certas e Permanentes	2 544 159,01 €	2 505 162,39 €
R2	Impostos indiretos	- €	- €	D13	Abonos Variáveis ou Eventuais	43 655,31 €	24 253,14 €
R3	Contribuições para sistemas de protecção social e subsistemas de saúde	- €	- €	D2	Segurança Social	703 395,77 €	724 864,43 €
R4	Taxas, multas e outras penalidades	136 174,85 €	133 543,16 €	D3	Aquisição de bens e serviços	2 252 525,06 €	1 575 893,52 €
R5	Rendimentos de propriedade	- €	- €	D4	Juros e outros encargos	11 977,90 €	11 705,42 €
R51	Transferências Correntes	5 948 734,11 €	5 929 469,94 €	D41	Transferências correntes	889 085,09 €	727 498,27 €
R511	Administrações Públicas	5 948 734,11 €	5 929 469,94 €	D411	Administrações Públicas	- €	- €
R512	Administração Central - Estado	5 774 038,44 €	5 866 898,63 €	D412	Administração Central - Estado	- €	- €
R513	Administração Central - Outras entidades	174 695,67 €	62 571,31 €	D413	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R514	Segurança Social	- €	- €	D414	Segurança Social	- €	- €
R515	Administração Regional	- €	- €	D415	Administração Regional	- €	- €
R52	Administração Local	- €	- €	D42	Administração Local	296 669,23 €	299 252,02 €
R53	Exterior - EU	- €	- €	D43	Instituições sem fins lucrativos	486 307,46 €	294 853,79 €
R6	Outras	- €	- €	D44	Famílias	106 108,40 €	133 392,46 €
R7	Venda de bens e serviços correntes	895 835,35 €	468 807,57 €	D5	Outras	- €	- €
R8	Outras receitas correntes	89 194,70 €	50 195,28 €	D6	Subsídios	- €	- €
R9	Receta Capital	3 857 687,18 €	2 426 438,98 €	D7	Outras despesas correntes	415 032,57 €	354 440,15 €
R91	Venda de bens de investimento	190 650,12 €	37 931,00 €	D8	Despesas de capital	4 538 903,91 €	3 426 120,23 €
R911	Transferências de capital	2 994 683,96 €	2 363 534,07 €	D81	Aquisição de bens de Capital	4 431 781,75 €	2 460 036,42 €
R912	Administrações Públicas	- €	- €	D82	Transferências de capital	107 122,16 €	966 083,81 €
R913	Administração Central - Estado	2 994 683,96 €	1 100 404,00 €	D83	Administrações Públicas	- €	836 446,26 €
R914	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	D84	Administração Central - Estado	- €	- €
R915	Segurança Social	- €	- €	D811	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R92	Administração Regional	- €	- €	D812	Segurança Social	- €	- €
R93	Administração Local	- €	- €	D813	Administração Regional	- €	- €
R94	Exterior - EU	- €	- €	D814	Administração Local	- €	- €
R95	Outras	- €	- €	D815	Administração Local	14 721,51 €	241 964,58 €
R10	Outras receitas de capital	650 007,58 €	24 973,91 €	D82	Instituições sem fins lucrativos	92 400,65 €	129 637,55 €
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	22 345,52 €	24 973,91 €	D83	Famílias	- €	- €
R12	Receita efetiva (1)	11 739 992,02 €	10 021 125,12 €	D84	Outras	- €	- €
R13	Receitas não efetivas (2)	150 434,81 €	150 434,81 €	D9	Outras despesas capital	- €	- €
R14	Receitas com ativos financeiros	- €	- €		Despesa efetiva (1)	11 398 041,21 €	9 349 937,55 €
R15	Receitas com passivos financeiros	150 434,81 €	150 434,81 €		Despesa não efetivas (2)	236 245,92 €	223 800,71 €
R16	Receita total (3)=(1)+(2)	11 890 426,83 €	10 171 559,93 €	R12	Despesa com ativos financeiros	- €	6 985,24 €
				R13	Despesa com passivos financeiros	236 245,92 €	216 815,47 €
					Despesa total (3)=(1)+(2)	11 634 287,13 €	9 573 738,26 €

Nota: Os valores deste mapa referem-se apenas ao Município de Sabrosa, uma vez que a Entidade AdIN - Águas do Interior Norte, EM, SA não faz parte do perímetro orçamental.



Balanço Consolidado

Rubricas	Notas	Consolidadas	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4/5/10	33 161 314,94 €	30 424 257,11 €
Ativos intangíveis	3	218 775,95 €	167 772,57 €
Participações Financeiras	18	6 075 429,23 €	6 299 434,71 €
		39 455 520,12 €	36 891 464,39 €
Ativo corrente			
Inventários	10	87 413,22 €	166 607,67 €
Devedores por transfências e subsídios não	23	1 438 491,27 €	2 204 322,21 €
Clientes, contribuintes e utentes	9	45 321,72 €	11 557,96 €
Estado e outros entes públicos		34 970,51 €	13 979,33 €
Outras contas a receber		606 084,26 €	565 265,91 €
Diferimentos		9 452,44 €	15 380,90 €
Caixa e depósitos	1	338 897,20 €	853 953,31 €
		2 560 630,62 €	3 831 067,29 €
Total do Ativo		42 016 150,74 €	40 722 531,68 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		38 182 379,65 €	38 182 379,65 €
Reservas		361 006,34 €	304 098,94 €
Resultados transitados		- 13 051 386,72 €	- 14 843 394,64 €
Ajustamentos em ativos financeiros		2 266 325,69 €	2 526 928,75 €
Outras variações no Património Líquido		9 756 214,61 €	165 945,37 €
Resultado Líquido do período		1 220 784,77 €	1 150 002,82 €
Total Património Líquido		38 735 324,34 €	27 485 960,89 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	128 925,68 €	134 335,38 €
Financiamentos Obtidos	7	1 719 657,73 €	1 956 194,02 €
Diferimentos		- €	10 118 231,95 €
		1 848 583,41 €	12 208 761,35 €
Passivo corrente			
Fornecedores		347 306,05 €	230 779,57 €
Estado e outros entes públicos		38 118,24 €	38 122,07 €
Financiamentos Obtidos	7	193 704,20 €	193 426,50 €
Fornecedores de Investimentos		227 014,33 €	- €
Outras Contas a pagar		618 467,45 €	556 887,14 €
Diferimentos		7 632,72 €	8 594,16 €
		1 432 242,99 €	1 027 809,44 €
Total Passivo		3 280 826,40 €	13 236 570,79 €
Total Património Líquido e Passivo		42 016 150,74 €	40 722 531,68 €



DR - Demonstração de Resultados Por Natureza Consolidada

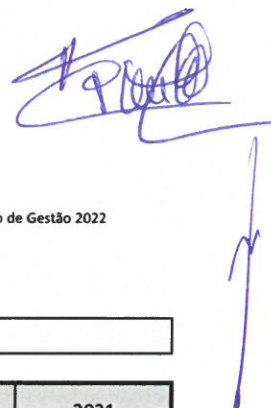
Rendimentos e Gastos	Notas	Consolidadas	
		31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas	13 /14	939 736,87 €	1 108 081,02 €
Vendas	13	18 158,98 €	16 182,55 €
Prestações de serviços e concessões	13	951 057,20 €	484 525,60 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13	6 613 568,18 €	7 008 514,09 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13/14	36 597,59 €	11 854,92 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	- 115 892,67 €	- 253 883,97 €
Fornecimentos e serviços externos	-	- 2 334 417,38 €	- 1 608 471,25 €
Gastos com pessoal	-	- 3 374 581,56 €	- 3 246 746,46 €
Transferências e subsídios concedidos	-	- 828 535,78 €	- 862 912,73 €
Prestações sociais	-	- 406 061,46 €	- 234 915,85 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	- 50,81 €	- 29 791,90 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	5 409,70 €	229 455,80 €
Outros rendimentos	13	1 876 599,62 €	653 880,06 €
Outros gastos	-	- 376 403,25 €	- 435 783,01 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		3 005 185,23 €	2 839 988,87 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	- 1 777 659,60 €	- 1 678 377,52 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		1 227 525,63 €	1 161 611,35 €
Juros e rendimentos similares obtidos		5 247,04 €	106,89 €
Juros e gastos similares suportados	7	- 11 987,90 €	- 11 715,42 €
Resultado antes de impostos		1 220 784,77 €	1 150 002,82 €
Imposto sobre o rendimento do período		- €	- €
Resultado líquido do período		1 220 784,77 €	1 150 002,82 €

Município de Sabrosa

Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido

Data: 31.12.2022

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital / Património subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período			TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		38 182 379,65 €				304 098,94 €	-14 843 394,64 €	2 526 928,75 €		165 945,37 €	1 150 002,82 €	27 485 960,89 €		27 485 960,89 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		0,00 €				56 907,40 €	1 792 007,92 €	-260 603,06 €		9 590 269,25 €	-1 150 002,82 €	10 028 578,69 €		10 028 578,69 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital														
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						56 907,40 €	1 093 095,42 €	-260 603,06 €		592 895,08 €	-1 150 002,82 €	332 292,02 €		332 292,02 €
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
RESULTADO INTEGRAL														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Subscrições de capital/património										0,00 €		0,00 €		0,00 €
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Subscrições de prémios de emissão														0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		38 182 379,65 €				361 006,34 €	-13 051 386,72 €	2 266 325,69 €		9 756 214,62 €	1 220 784,77 €	38 735 324,35 €		38 735 324,35 €



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

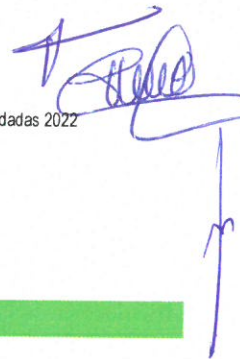
Rubricas	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		910 526,19 €	578 004,10 €
Recebimentos de contribuintes		316 459,32 €	527 555,84 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6 574 258,61 €	6 894 537,09 €
Recebimentos de utentes		133 660,13 €	136 328,29 €
Pagamentos a fornecedores		-2 526 650,68 €	-1 686 515,20 €
Pagamentos ao pessoal		-3 046 517,26 €	-3 104 535,61 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-778 539,02 €	-590 327,84 €
Pagamentos de prestações sociais		-306 494,31 €	-200 337,81 €
Caixa gerada pelas operações		1 276 702,98 €	2 554 708,86 €
Outros recebimentos/pagamentos		1 408 055,10 €	1 344 438,63 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 684 758,08 €	3 899 147,49 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-4 259 852,50 €	-3 183 768,56 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-91 271,65 €	-41 979,22 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		190 650,12 €	37 931,00 €
Recebimentos - Outros ativos		1 203 688,01 €	0,00 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-2 956 786,02 €	-3 187 816,78 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		5 215,65 €	106,89 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-236 245,92 €	-216 815,47 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-11 997,90 €	-11 735,42 €
Pagamentos - Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-243 028,17 €	-228 444,00 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		853 953,31 €	371 066,60 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		338 897,20 €	853 953,31 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		853 953,31 €	371 066,60 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		853 953,31 €	371 066,60 €
SGA De execução orçamental		650 007,58 €	150 434,81 €
SGA De operações de tesouraria		203 945,73 €	220 631,79 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		338 897,20 €	853 953,31 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		338 897,20 €	853 953,31 €
SGS De execução orçamental		75 766,30 €	650 007,58 €
SGS De operações de tesouraria		263 130,90 €	203 945,73 €



1919 • **V CENTENÁRIO** • 2019
VOLTA AO MUNDO DE FERNÃO DE MAGALHÃES

Relatório Consolidado de Gestão 2022

4. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas



Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

O Grupo Município de Sabrosa apresenta demonstrações financeiras consolidadas em cumprimento do previsto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI).

De acordo com o n.º 6 do Art. 75º da Lei n.º 73/2013, devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Assim, nos termos da NCP 24 Acordos Conjuntos, verifica-se a necessidade de se proceder à consolidação de contas aplicando-se, para o feito, o método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que veio substituir o anterior referencial – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Local (POCAL).

Nota 0 – Implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)

O Grupo Município de Sabrosa elaborou pela primeira vez as demonstrações financeiras de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, no ano de 2020, nas quais foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

A International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33 First Time Adoption of Accrual Basis, que estabeleceu orientações para os processos de adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, que previam a possibilidade de, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição ter uma duração até três anos, podendo durante esse período serem reconhecidos e mensurados ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico.

Neste sentido foi elaborado o mapa de reconciliação de abertura de acordo com o SNC-AP consolidado com todos os ajustamentos de transição para o SNC-AP:

Durante o exercício de 2022, foram efetuados ajustamentos de transição para o SNC-AP, referente à seguinte situação:

As transferências e subsídios de capital para investimentos depreciables, que apresentam as condições cumpridas ao abrigo da NCP 14 foram reclassificadas para outras variações do património líquido.

Em face desta situação, não se verifica comparabilidade nesta rubrica do balanço.

Nota 1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

1.1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade consolidante: Município de Sabrosa

Sede Social: Rua do Loreto, 5060-328 Sabrosa

Atividade Principal: planeamento, organização e execução de políticas municipais, designadamente nas áreas de equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, salubridade, defesa do consumidor, promoção e desenvolvimento, ordenamento do território e cooperação externa.

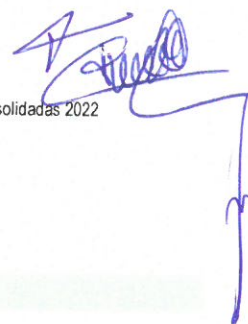
Entidade consolidada: Águas do Interior Norte, E.I.M., SA

Sede Social: Avenida Rainha Santa Isabel, n.º1, 5000-434 Vila Real

Atividade Principal: Exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social, através de promoção direta ou indireta da concessão, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte, tratamento, abastecimento, valorização das águas de consumo público e para a recolha, tratamento e rejeição dos respetivos efluentes, de prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo, de construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários para desenvolvimento da sua atividade.

Capital Social/Estatutário: 27.148.050,00€

Participação detida: 6.72%



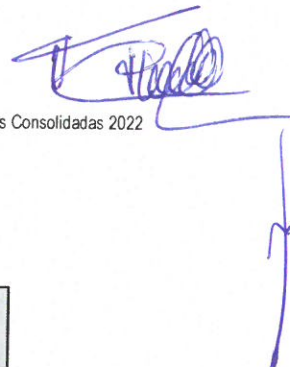
1.2 – Entidades Excluídas na consolidação

Entidades / Participada		Participação	Capital Social	Capital Próprio	Resultado Líquido do Exercício	Observações
Denominação	NIPC					
Águas do Norte	513 606 084	0,08%	108 095 468,00 €	282 770 375,00 €	9 322 272,00 €	a)
Dourogás	508 195 128	0,16%				b)
Sonorgás	503 264 113	0,05%				b)
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	0,06%	417 857 175,00 €			b); c)
Associação do Douro Histórico	502 577 916	1 500,00 €				b)
Fundação Museu do Douro	507 693 671	12 413,00 €				b)
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501 627 413	4 359,24 €				b)
Turismo Porto e Norte de Portugal	508 905 435	1 500,00 €				b)
AIMRD - Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos	G09 305 129	1 000,00 €				b)
Sabrosa Douro XXI	507 850 297	200,00 €				b)
Associação Nacional de Assembleias Municipais	513 864 202	1 000,00 €				b)
Rede Mundial de Cidades Magalhânicas	G-90212606	3 000,00 €				b)
Assoc. Port. Pais Amigos Cidadão Deficiente Mental	504 646 915	500,00 €				b)
a) criada pelo Dec. Lei n.º93/2015 de 29 de Maio		c) Entidades não societária		b) criada pela Lei n.º53/2014 de 25 Agosto		

Tratam-se de entidades sobre as quais, o Município de Sabrosa não exerce de forma direta ou indireta um poder de controlo, ou exista essa presunção, não enquadráveis no n.º 4,5 e 6 do Artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

1.3 – Informações de procedimentos de consolidação

O método de consolidação adotado pelo Município foi o método de equivalência patrimonial, que consiste em substituir no balanço da entidade consolidante o valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades participadas, adotando-se para efeitos de aplicação deste método, o previsto na NCP 23 – Investimentos associados e empreendimentos conjuntos e na NCP 24 – Acordos conjuntos do SNC-AP.



Ajustamento de consolidação na conta 41.4 - Investimentos noutras entidades		
Descrição	AdIN, E.I.M., SA	%
Capitais Próprios a 31/12/2022	61 019 274,29 €	
Parte de Capital do Município	4 100 495,23 €	6,72%
Valor inscrito	1 825 425,00 €	
Reconhecimento da proporção do Resultado Líquido		
Descrição	AdIN, E.I.M., SA	%
Resultado Líquido de 2022	544 606,98 €	
Quota-parte do Resultado Líquido	36 597,59 €	6,72%

1.4 – Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes

Desagregação de caixa e depósitos

Conta	Designação	Saldo Inicial 01/01/2022	Saldo Final 31/12/2022
11	Caixa	270,08 €	497,04 €
12	Depósitos à ordem	649 616,98 €	82 437,14 €
12.1	Depósitos à ordem no Tesouro	- €	- €
12.2	Depósitos bancários à Ordem	649 616,98 €	82 437,14 €
13	Outros Depósitos	204 066,25 €	255 963,02 €
13.1	Depósitos a prazo	- €	- €
13.2	Depósitos consignados	- €	- €
13.3	Depósitos de garantias e cauções	204 066,25 €	255 963,02 €
TOTAL		853 953,31 €	338 897,20 €

- As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao município de Sabrosa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).


O balanço e a demonstração de resultados de 2022 foram preparados de acordo com o SNC-AP.

Derrogações de políticas contabilísticas

A (IPSAS) 33, que estabelece orientações para os processos de adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, prevê a possibilidade de, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição ter uma duração até três anos, podendo durante esse período serem reconhecidos e mensurados ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico, foi elaborado o balanço de abertura de forma a dar continuidade a implementação do SNC-AP.

Face ao exposto, o Município de Sabrosa aplicou a prerrogativa do período mais alargado de transição para a aplicação das seguintes situações, por motivos de pandemia e falta de recursos humanos disponíveis:

- Conforme o disposto no #93 e #94 da Estrutura Concetual do SNC-AP, para reconhecer um ativo fixo tangível, nomeadamente imóveis, não basta que o Município seja proprietário legal do imóvel. O Município de Sabrosa terá de ter em consideração o controlo que detém sobre os mesmos, o qual implica o seu potencial de serviço (capacidade de uso) ou benefícios económicos. Ou seja, no atual normativo contabilístico o que releva é o controlo e não a propriedade/titularidade. Neste contexto, não foi ainda possível ao Município terminar esta avaliação sobre o controlo, de forma a reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras apenas os ativos que controla, pelo que foi derogada esta disposição legal. Assim, os trabalhos conducentes à sua concretização continuam a ser desenvolvidos.
- Não foi ainda dado cumprimento à NCP 3: Ativos Intangíveis. Também durante o exercício económico de 2022 serão efetuados todos os esforços com o propósito do seu correto registo.
- O município ainda possui bens com valor patrimonial zero, pelo que ainda não conseguiu proceder à sua valoração.
- Não foi dado cumprimento à NCP4 – Acordos de Concessão de Serviços, no que respeita ao contrato de concessão celebrado com a EDP Distribuição, atualmente E-Redes, por falta de informação acerca do valor dos ativos e dos passivos a reconhecer e que dependem de informação do próprio concessionário.
- Não foi dado cumprimento à NCP 10 – Inventários, no que respeita à transferência de terrenos destinados a venda que ainda se encontram reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis.
- Não foi dado cumprimento à NCP 14 - Rendimento de Transações sem Contraprestação na sua plenitude, pelo facto de que o Município de Sabrosa apenas procedeu ao reconhecimento dos subsídios ao investimento em POCAL para subsídios de capital em conformidade com o SNC-AP, não dando o mesmo tratamento ao Fundo de Equilíbrio Financeiro Capital e ao Excedente (n.º 3 art.º 35º Lei n.º



73/2013). Durante o exercício económico de 2023 serão efetuados todos os esforços com o propósito do seu correto registo.

- **Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento**

Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo. O Município não apresentou propriedades de investimento.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este se encontre na sua condição de utilização.

Os juros de empréstimos ainda que diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos não foram capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização (que se qualifica) é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso. Os custos são reconhecidos como ativos tangíveis e propriedades de investimento apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para o Município e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos em resultados.

As beneficiações e grandes reparações que aumentem o período de vida útil estimado ou as condições de operabilidade, ou das quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são capitalizadas.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico líquido de depreciações do ativo, sendo reconhecidos em resultados do período..

- **Ativos intangíveis**

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

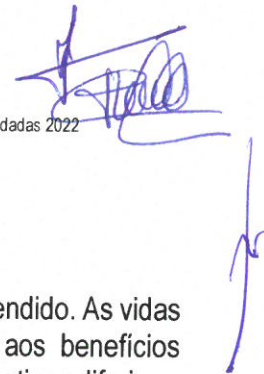
- **Participações financeiras**

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo de aquisição ou justo valor, sem prejuízo dos investimentos onde o Município tem influência dominante ou significativa que são mensurados por recurso ao método de equivalência patrimonial sempre que as mesmas entidades disponibilizem de forma oportuna e completa as demonstrações financeiras de forma a permitir concretizar tal aplicação.

- **Depreciações e amortizações**

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Os terrenos não são depreciáveis.



A depreciação inicia-se no momento em que esse ativo se qualifique para o seu uso pretendido. As vidas úteis dos ativos são revistas à data do reporte, se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados ou potencial de serviço, bem como ao uso técnico planeado dos ativos diferirem das estimativas anteriores.

Alterações nas depreciações do período, caso existam, serão contabilizadas de forma prospetiva.

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica «Caixa e depósitos» correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

- **Regime do acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

- **Contas a receber**

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

- **Inventários**

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

- **Contas a pagar**

As contas a pagar são reconhecidas pelo seu justo valor, resultante de faturas ou documentos similares remetidos à autarquia, contratos, protocolos e outros similares celebrados. São ainda registados os valores a pagar no ano seguinte que resultam de apuramento efetuado assente no histórico de informação contabilística existente na autarquia

Nota 3 - Ativos intangíveis (AI)

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se no quadro abaixo, e dá resposta aos seguintes tópicos:

- Q 3.1 AI - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas;
 Q 3.2 AI - quantia escriturada e variações no período;
 Q 3.2A AI - desagregação das adições;
 Q 3.2B AI - desagregação das diminuições; e,
 Q 3.3 AI - Excedentes de revalorização

Rubrica	Designação	Quantia escriturada Inicial	Aumentos							Quantia escriturada final	
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais		Diminuições
AI3	Projetos de desenvolvimento	9 695,49 €	0,00 €						-3 106,77 €		6 588,72 €
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	24 219,16 €	62 423,67 €						-21 164,29 €		65 478,54 €
AI5	Propriedade Industrial e Intelectual	6 175,92 €	6 592,90 €						-10 125,73 €		2 643,09 €
AI7	Ativos Intangíveis em curso	127 682,00 €	16 383,60 €								144 065,60 €
TOTAL		167 772,57 €	85 400,17 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-34 396,79 €	0,00 €	218 775,95 €

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: Concedente

No quadro seguinte encontra-se descrito o contrato de concessão, com os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimento.

Acordos de concessão de serviços	Concessionário	NIPC	Objeto concessão	Período de concessão	Pagamento ao concessionário
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	EDP, S.A.	505938022	Distribuição de energia elétrica em baixa tensão	20 anos	-----
Contrato de Cedência de Infraestruturas relativas ao Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais	Águas do Norte	505863901	Exploração e da gestão do Sistema	-----	-----

O Município de Sabrosa é concedente num contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no perímetro municipal, com a EDP Distribuição, atualmente E-Redes e concedente num contrato de Cedência de Infraestruturas relativas ao Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais no perímetro municipal, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, atualmente Águas do Norte.

De acordo com a NCP4 – Acordos de concessão de serviços o Município deveria reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras os equipamentos e as infraestruturas que estão associadas ao fornecimento de redes de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão assim como os que estão associados à Iluminação Pública, que se encontram a ser geridos pela concessionária EDP Distribuição, atualmente E-Redes, bem como

os equipamentos e as infraestruturas relativos ao Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, que se encontram a ser geridos pela concessionária Águas do Norte. No entanto, e apesar de estarmos perante contratos de concessão entre o município e a EDP e o município e Águas do Norte, não é possível proceder ao reconhecimento dos Ativos e dos Passivos relacionados, dada a impossibilidade na identificação e mensuração destes ativos e destes passivos à data de 31/12/2022, pelo que, tal como referido na nota 2 não foi possível dar cumprimento à NCP4.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O Grupo utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações. Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Designação	Quantia escriturada Inicial	Variações no período							Quantia escriturada final	
		Adições	Transfe- rências internas a entidade	Revalo- rizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do Período	Regularizações		Diminuições
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	11 305 856,24 €	6 629 690,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 084 729,94 €	3 283,11 €	0,00 €	16 854 099,42 €
Terrenos e recursos naturais	252 237,57 €	287 100,00 €								539 337,57 €
Edifícios e outras construções	719 636,58 €	2 247 954,90 €					-37 491,69 €			2 930 099,79 €
Infraestruturas	4 467 803,44 €	4 094 635,11 €					-582 773,82 €	3 081,11		7 982 745,84 €
Património Histórico, artístico e cultural	4 427,99 €									4 427,99 €
Outros	5 861 750,66 €						-464 464,43 €	202,00 €		5 397 488,23 €
Outros ativos fixos tangíveis	19 118 400,87 €	3 775 136,22 €	-5 907 235,35 €	- €	- €	- €	-658 532,87 €	12 625,88 €	-33 179,23 €	16 307 215,52 €
Terrenos e recursos naturais	3 261 099,57 €	77 200,00 €							- 5 373,75 €	3 332 925,82 €
Edifícios e outras construções	12 020 595,96 €	65 568,38 €					-411 045,26 €	11 664,46 €	-27 805,48 €	11 658 978,06 €
Equipamento básico	376 873,59 €	184 570,23 €	- 13 319,86 €				-89 373,50 €	605,85 €		459 356,31 €
Equipamento de transporte	152 131,88 €		- 159,99 €				-44 519,20 €	86,73 €		107 539,42 €
Equipamento administrativo	106 139,73 €	41 599,86 €					-55 270,18 €	306,25 €		92 775,66 €
Outros	268 628,80 €	177 795,70 €	37,41 €				-58 324,73 €	37,41 €		388 099,77 €
Ativos fixos tangíveis em curso	2 932 931,34 €	3 228 402,05 €	-5 893 792,91 €							267 540,48 €
	30 424 257,11 €	10 404 826,23 €	-5 907 235,35 €	- €	- €	- €	- 1 743 262,81 €	15 908,99 €	-33 179,23 €	33 161 314,94 €

O DL 21/2019, de 30 de janeiro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação. Apesar de o Município já ter aceite o exercício da competência em causa, ainda não procedeu ao registo dos imóveis da Escola EB 2,3/s Miguel Torga no seu património e no seu ativo.

O DL 23/2019, de 30 de janeiro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da saúde. Nos termos do preceituado nos números 1 e 2 do seu artigo 28.º, todas as competências previstas consideram-se transferidas para as autarquias locais até 31.03.2022. O edifício do Centro de Saúde de Sabrosa, encontra-se identificado na relação dos imóveis objeto de transferência de competências, sendo que a 31.12.2022, o exercício da competência e os termos da mesma ainda não se encontra aceite pelo Município, não obstante de, até 30.04.2023, a mesma se operar, sendo entendimento que, face ao enquadramento exposto, estamos perante um bem capitalizável, considerando que o edificado será utilizado pela autarquia para o exercício das competências na área da saúde.

Relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis da classe, importa referir a existência de bens aqui reconhecidos que deviam ser reconhecidos em Inventários, considerando tratar-se de terrenos sitos na Zona Industrial, cujo destino será a venda. O Município está a proceder ao levantamento junto dos serviços técnicos da área de lotes sujeitos

a venda e respetivo valor, assim como da área afeta ao Município/domínio público, para posterior regularização no património e em SNC-AP.

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Informação no “Mapa de empréstimos”, em anexo

Os financiamentos obtidos estão mensurados pelo seu valor nominal.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

No exercício de 2022 não foram capitalizados juros

Nota 8 - Propriedades de investimento

O Grupo não apresenta as propriedades de investimento

Nota 9 – Imparidade de ativos

Ativo	Saldo Bruto	Depreciação acumulada Saldo inicial	Saldo líquido	Perdas reconhecidas em 2022	Reversão reconhecidas em 2022	Outras correções	Saldo final a 31/12/2022
Cientes, contribuintes e utentes	189 042,57 €	183 220,65 €	5 821,92 €	27 612,41 €	21 790,49 €	- €	189 042,57 €
TOTAL	189 042,57 €	183 220,65 €	5 821,92 €	27 612,41 €	21 790,49 €	0,00 €	189 042,57 €

Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2022. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	0,00 €	19 749,16 €	18 827,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	922,14 €
Matérias-primas, subsidiárias e de	166 607,67 €	16 949,06 €	97 065,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	86 491,08 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, residuo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	166 607,67 €	36 698,22 €	115 892,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	87 413,22 €

De referir que não foi considerado como inventários os terrenos para venda.



Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património Líquido
Prestação de serviços	951 057,20 €	- €
Venda de bens	18 158,98 €	- €
Juros	5 247,04 €	- €
Royalties	- €	- €
Dividendos ou distribuições similares	- €	- €
Outros	1 903 799,81 €	- €
TOTAL	2 878 263,03 €	- €

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências:

- Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas.
- As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património Líquido
Impostos Diretos	616 984,07 €	- €
Impostos Indiretos	184 622,32 €	- €
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €
Taxas	127 591,67 €	- €
Multas e outras penalidades	10 538,81 €	- €
Transferências sem condição	6 613 568,18 €	
Transferências com condição	- €	
Outros	- €	- €
TOTAL	7 553 305,05 €	- €



Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Sabrosa, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para € **128 925,68** que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Não foram constituídas provisões para os restantes processos judiciais em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município de Sabrosa, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total Diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)+(7)+(8)	(10)=(1)+(5)-(9)
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	134 335,38 €				- €		5 409,70 €		5 409,70 €	128 925,68 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Materiais ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	134 335,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 409,70 €	0,00 €	5 409,70 €	128 925,68 €

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

O Município não tem conhecimento da ocorrência de acontecimentos após a data do relato.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Analisada a participação no capital de diversas entidades pelo Município de Sabrosa, segue a relação das entidades cujos investimentos em capital se cifram numa participação inferior a 20%, e por este facto são tipificadas como investimentos financeiros que não são participações de capital em entidades controladas ou associadas.

Considerando o exposto e apesar do valor da participação ser inferior a 20%, foram efetuados testes de imparidade onde se concluiu pelo aumento da participação do capital detido pelo Município de Sabrosa, no entanto, considerando a percentagem da participação foi determinado que estes ativos manteriam a sua valoração ao custo de aquisição, sem ter sido objeto de qualquer imparidade, o que sucederia se dos testes efetuados resultasse uma redução do valor da fração do capital detido à data do relato pela autarquia.

Entidade Participada				Participação no final do exercício			Forma Realização de capital		Obs.	
Denominação	NIPC	Tipo de Entidade	CAE	Capital Social	Valor subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Meios Monetários (montante)		Em Espécie (montante)
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Águas Interior Norte	515 684 473	SA	37 002	27 148 050,00 €	1 825 425,00 €	6,72%	1 825 425,00 €	29 925,00 €	1 795 500,00 €	
Águas do Norte	513 606 084	SA	36 001	108 095 468,00 €	115 288,00 €	0,08%	296 173,28 €	115 288,00 €	0,00 €	
Dourogás	508 195 128	SA	35 210	1 000 000,00 €	1 565,00 €	0,16%	1 565,00 €	1 565,00 €	0,00 €	
Sonorgás	503 264 113	SA	35 210	4 000 000,00 €	1 560,00 €	0,05%	1 560,00 €	1 560,00 €	0,00 €	
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	Estado		650 000 000,00 €	251 495,00 €	0,06%	251 495,00 €	251 495,00 €	0,00 €	

Nota 23 – Outras divulgações

- As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao município de Sabrosa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.
- Bens de valor zero
O Município ainda apresenta bens de valor 0 (zero), nomeadamente bens de aferição. Vamos proceder à sua valorização em 2023 ou abate se for o caso.
- Contabilidade de gestão
A aplicação da NCP ainda se encontra em fase de implementação, sendo que a informação que é possível obter da Contabilidade de Gestão é o balancete por analítica, pelo que não nos permite ainda apresentar no relatório de gestão de 2022 o previsto 34 da NCP27.
- O Município aguarda informação vinculativa sobre o IVA na operação de transferência de equipamentos de distribuição de água à ADIN. Em caso afirmativo, as perspetivas que tem é que não vai ter impacto nas demonstrações financeiras, justificando assim a não constituição de provisão.
- O Município aguarda informação vinculativa sobre a tributação do IVA na questão da oferta do transporte escolar aos munícipes, as perspetivas que tem é que não vai ter impacto nas demonstrações financeiras, justificando assim a não constituição de provisão.
- Em fevereiro de 2022 teve início a guerra entre Rússia e a Ucrânia. No entanto, até à data não se regista impacto significativo nas contas do Município.
- Fundos Comunitários por receber

Verbas por receber por fundos	
Natureza	Valor
FEDER	1 128 311,40 €
FSE	110 844,17 €
FC	100 286,57 €
Outros	99 049,13 €
TOTAL	1 438 491,27 €